

## POLÍTICA PÚBLICA DE VALORIZAÇÃO EDUCACIONAL NA PMPR

Rafael Gomes Sentone, Mestre em Educação Física.

### RESUMO

A Polícia Militar do Paraná possui estrutura própria de ensino contando com um campus acadêmico onde são formados bacharéis em segurança pública. Em dezembro de 2015, uma nova redação dada à Lei de Promoção dos Oficiais (LPO) da PM passou a ter como possibilidade de auferir pontos para promoção quando aqueles oficiais possuírem títulos de mestrado e doutorado. Tendo em vista que anteriormente a nova redação da Lei de Promoção de Oficiais não havia distinção entre títulos acadêmicos para fins de pontos nas promoções o presente estudo buscou analisar empiricamente o surgimento de um grupo de oficiais emergente de mestres e doutores na PMPR frente a nova legislação de promoções (LPO) a partir de 2016. Foram analisados os Boletins-Gerais, documentos oficiais de registro da PMPR, em seu sítio eletrônico interno, entre 2001 a 2017, dos quais 1500 oficiais possuem ou estavam em andamento com mestrado e doutorado. A discussão empírica foi dialogada com as ferramentas teóricas de Pierre Bourdieu: campo, *habitus* e capital. Como resultados verificou-se que até o final de 2015 houveram 25 mestres e 4 doutores e a partir de 2016 iniciaram e estavam em andamentos 6 novos doutores e 9 mestres com apenas 16 meses de vigência da nova redação da Lei. A nova LPO permitiu que os títulos se tornassem um capital dentro do campo policial militar como forma de distinção, ao mesmo tempo que no futuro permitirá que no microcosmo acadêmico da PMPR haja um novo discurso da necessidade de que os oficiais sejam mestres ou doutores para legitimar discursos nos cursos do campus da Instituição. Concluímos que a nova redação colaborou para o surgimento de um grupo de oficiais emergentes de mestres e doutores.

**Palavras-chave:** PMPR. Titulação. Mestrado. Doutorado.

## 1. INTRODUÇÃO

A capacitação do profissional de ensino é importante no processo de ensino e aprendizagem para o corpo discente, com as formatações de profissionalização (IMBÉRNON, 2010; MACHADO; VASCONCELOS; OLIVEIRA, 2017) que perpassam pela graduação, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* (mestrado e doutorado) os professores aprendem formas de atuação por meio de estratégias (didática), pesquisa, atualização do conhecimento teórico/prático e lhes são permitido condições de ingresso em instituições e ascensão de carreira, acompanhada muitas vezes de ganho salarial.

A Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) é uma instituição do Estado que atua na segurança pública (PARANÁ, 1954), mas também possui órgão de ensino internamente para formação, capacitação, especialização e aperfeiçoamento (PMPR, 2014) dos policiais. O sistema de ensino da corporação é organizado a partir da Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP) - órgão de direção – com funções similares a uma reitoria de Universidade a qual tem sob sua coordenação a Academia Policial Militar do Policial (APMG), Escolas de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (EsFAEP) e Colégio da Polícia Militar do Paraná (CPM), com pólos em São José dos Pinhais, Maringá e Curitiba, respectivamente.

A APMG é um campus universitário de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e forma Bacharéis em Segurança Pública todos os anos (PARANÁ, 2011). Com um grupo de oficiais policiais militares os quais atuam como docentes e tendo orçamento atrelado a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP) do Paraná os professores da APMG são, em quase sua totalidade, oficiais da instituição que ao longo da carreira titulam-se em áreas diversas e lecionam, além das atividades ordinárias de polícia. O militar estadual, além do salário, recebe o pagamento de parcela transitória pelo exercício de ensino nas escolas de polícia – equivalente ao pagamento por hora/aula - conforme legislação própria (PARANÁ, 2012) que variam de R\$22,50 para graduados, R\$27,50 para especialistas e R\$35,00 para mestres e doutores. Valores base de referência. São pagas outras cotas quando em períodos noturnos e aos finais de semana, para docentes policiais que estão aposentados e para palestrantes. Mas a regra é a estabelecida no texto.

Além dos valores percebidos pelo trabalho docente os militares estaduais se beneficiam nas progressões de carreira com os títulos acadêmicos que auferem. Até o final de 2015 para cada promoção o policial podia contar com dois cursos, *lato* ou *stricto sensu*, de modo que em janeiro de 2016 haviam 25 mestres e 4 doutores no corpo docente de aproximadamente 1.500 oficiais policiais. Em dezembro de 2015 foi sancionada nova Lei de Promoção de Oficiais (LPO) da PMPR que possibilitou que as especializações *stritu sensu* (mestrado e doutorado) fossem contabilizados separadamente para fins de ascensão funcional e este último auferindo pontuações ao longo de toda a carreira do policial, possibilitando um novo incentivo aos oficiais na formação acadêmica. O surgimento da nova Lei de Promoção de Oficiais alterou a titulação dos oficiais da PMPR? A hipótese que nos guiou por este estudo teórico é de que a nova redação da LPO colocou em jogo um novo capital possibilitando o surgimento em curso de um grupo emergente de oficiais com títulos acadêmicos de mestrado e doutorado na PMPR. Desta forma a presente investigação tem por objetivo analisar empiricamente o surgimento de um grupo de oficiais emergentes de mestres e doutores na PMPR frente a nova legislação de promoções (LPO).

## 2. CAMPO ACADÊMICO

“É pela maneira particular segundo a qual ele realiza sua função técnica de comunicação que um sistema escolar determinado realiza além disso sua função social de conservação e sua função ideológica de legitimação.” (BOURDIEU; PASSERON, 2016, p. 134). A escola é concebida pelos autores como instituição de reprodução da cultura legítima através de um *ethos* e capital simbólico podendo ser ele acadêmico, através dos títulos dos professores que compõem um corpo docente e o próprio *status* da instituição, e cultural primário decorrente da formação acadêmica.

Essa legitimação está posta na própria hierarquia professoral de titulação – graduado, especialista, mestre e doutor – que confere aos docentes a garantia legítima de inculcarem o conhecimento. Com efeito o campo acadêmico se forma a partir, também, dos títulos que possuem seus agentes e o *habitus* subjetivado em cada agente pela forma de pensar, agir, interagir e se colocar enquanto representante de um campo. O *habitus* pode ser definido como “um princípio gerador

e organizador de práticas e representações.”, “Ela favorece assim a aparição de um estilo de vida constituído daquilo que as escolhas culturais de uma classe social tem em comum em diferentes domínios” (JOURDAIN e NAULIN, 2017, p. 104).

A nova redação da LPO que alçou os titulares do diploma de doutorado a uma condição diferenciada para promoções e funções na PMPR colocou em jogo um novo capital no campo de atuação policial militar e em seu microcosmo da educação, indiretamente, uma vez que a intenção de diferenciar os doutores não é na esfera acadêmica, mas sim decorrente da progressão da carreira. Esta nova disposição mudará a configuração dos docentes da PMPR uma vez que as posições de poder irão flutuar a partir do momento que mais mestres e doutores surgirão nos quadros docentes da instituição emergindo um novo capital em jogo no campo (BOURDIEU, 2004). “As representações dos agentes variam segundo sua posição (e os interesses que estão associados a ela)” (BOURDIEU, 2004, p. 158) que passam a ser diverso do que a legislação tratava anteriormente e a partir de dezembro de 2015 a valorar os possuidores de doutorado na PMPR. Cancellà *et al* (2015) identificaram que no corpo docente de educação física da Universidade Federal do Paraná após ter sido criado um programa de pós graduação *stricto sensu* todos os novos docentes ingressaram com a titulação de doutorado, uma alteração da legislação que passou a valorar o capital cultural objetivado nos títulos acadêmicos. Assim como foi encontrado no estudo de Cancellà *et al* (2015) temos que:

O campo é a institucionalização de um ponto de vista e nos *habitus*. O *habitus* específico, imposto aos novos postulantes como um direito de entrada, não é senão um modo de pensamento específico (um *eidós*), princípio de uma construção específica da realidade, fundado numa crença pré-reflexiva no valor indiscutível dos instrumentos de construção e dos objetos assim construídos. (BOURDIEU, 2001, p. 121).

O novo capital possibilitado pela LPO é posicionado como arma na construção de um tipo de agente social (BOURDIEU, 2001) o qual se solidificará ao longo do curso, um *habitus* fortalecido pelos títulos, ratificando o microcosmo acadêmico dentro do campo policial militar pelos discursos entre os docentes e inculcação aos discentes com o novo discurso retórico do profissional policial militar qualificado pelos títulos acadêmicos.

De acordo com Jourdain e Naulin (2017, p. 95) as práticas culturais dos indivíduos, aquilo que cultuam e cultivam – como frequentar museus, pinturas,

música, literatura, etc. – é variável de acordo com dois fatores: nível de instrução e classe social. Os autores indicam, ainda, que ao longo do tempo um determinado capital pode aumentar seu volume e estrutura. Analisando os conceitos anteriores temos, por exemplo, que no Brasil o Ministério da Educação e Cultura (MEC) aperfeiçoou a hierarquia de títulos com o passar do tempo, tendo agregado cada vez mais titulações, uma vez que passaram a avolumar-se, tornando-se incipientes.

Como exemplo citamos a inserção dos diplomas, em um passado recente, dos cursos tecnólogos e de pós-doutorado, que não existiam no início do século XX. São inseridos degraus a serem conquistados em um processo de diferenciação social de acordo com o nível de instrução e, conseqüentemente, de classe social, uma vez que para se conquistar tais títulos é necessário capital financeiro e como em uma bola de neve, para se ter poder econômico, é necessário ter posição social e capital financeiro, etc.

No caso em epígrafe desta pesquisa, potencializar as titulações dentro de uma estrutura hierarquizada, como a Polícia Militar, pressupõe que “o diploma muda então de função: de simples atributo estatutário, ele torna-se um verdadeiro direito de entrada.” (JOURDAIN e NAULIN, 2017, p. 77). Ao longo de sua carreira o oficial adquire capital cultural pela experiência de trabalho, patentes militares e cursos técnicos realizados dentro da Instituição, mas para se legitimar dentro do campo escolar passa agora, com a nova roupagem da lei de promoção de oficiais, a necessitar de uma capital escolar legítimo para seu discurso perante seus pares, neste caso os títulos de mestre e doutor.

A Polícia Militar do Paraná nasceu em 1854, possui uma história que forjou sua cultura e *habitus*, estruturada na hierarquia e disciplina. De acordo com Bourdieu (2017, p. 19) o “espaço social é construído de tal forma que os agentes ou grupos são aí distribuídos em função de sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com os dois princípios de diferenciação – capital econômico e o capital cultural”. Ao longo de sua trajetória a Polícia Militar paranaense delineou seu espaço social assenhorando-se de suas tradições e delimitando o capitais mais presentes em sua cultura institucional.

No entanto, sendo parte do Estado, a Polícia Militar trabalha em razão daquilo que a Lei determina, baliza, e desta feita em razão de um novo conteúdo legislativo mudou-se as possibilidades de capital cultural, transfigurado em capital acadêmico – os títulos. O que pretendemos analisar neste estudo, de forma embrionária e no

campo imaginário, utilizando pressupostos teóricos que possibilitam os possíveis acontecimentos, traz um importante item que deve ser observado: a trajetória (BOURDIEU, 2017).

De acordo com Bourdieu (2017) a análise da trajetória dos agentes mostrará ao longo do tempo as tomadas de posições e as transformações daquele espaço e agente, uma relação complexa e multifatorial. Como dissemos, o empirismo da análise se detém no campo dos possíveis pelo potencial de ação que a nova legislação traz conferindo aos títulos acadêmicos maior valoração. Complexo, pois a Polícia Militar/Estado é resultado de um processo de concentração de diferentes capitais (força física, cultural, simbólico, econômico, etc.) e por sua vez são utilizados cada qual de acordo com as situações com as quais são deparadas. Em uma reintegração de posse valerá mais o capital de força física, em uma negociação de refém o capital da informação e simbólico, nas estruturas de ensino o capital acadêmico, e assim por diante.

O que implica dizer que tal valorização dos títulos se dará, essencialmente e, inicialmente, dentro das esferas de ensino, talvez especificamente na sala de aula. O campo é um espaço de jogo, disputa, de relações objetivas entre pessoas que estão em competição por algo em comum entre eles (BOURDIEU, 2003). Estão disputando o direito de falar a sua verdade, e a nova verdade, a partir de 2016 será dita por aqueles que possuírem os títulos de mestre e doutor, assim como pode falar de viagem que viajou, falar do exercício da medicina quem é médico, etc.

## 2.1 Metodologia

A presente pesquisa é caracterizada como documental e bibliográfica tendo como fontes arquivos públicos, sendo do tipo exploratório (MARCONI; LAKATOS, 2008) tendo sido pesquisado dentre os cerca de 1.500 oficiais da Polícia Militar do Paraná na ativa em abril de 2017, através dos Boletins Gerais do Comando-Geral da PMPR (documentos públicos oficiais) entre os anos de 2001 a 2017, o rol de policiais detentores de diploma de mestre e/ou doutor, bem como quais estão em andamento. O período de pesquisa foi delimitado em razão de serem estes os Boletins disponíveis on-line na rede interna da PMPR.

Os dados foram tabulados em planilha *Microsoft Excel* 2007 contendo as seguintes colunas: nome, posto (patente), área de mestrado e/ou doutorado, instituição, ano de conclusão ou início (quando em andamento). A partir destes dados foram divididos entre os concludentes anteriores a 2016 e posteriores, bem como os que iniciaram o mestrado e doutorado a partir de 2016.

A discussão teórica entre os dados estatísticos e o fenômeno foi dialogada com os pressupostos teóricos de Pierre Bourdieu (2001, 2004 e 2016) de capital, *habitus* e campo.

## 2.2 Resultados

Verificamos que a partir da nova legislação de promoção de oficiais da PMPR que criou a possibilidade de que aqueles que possuírem a titulação de mestre e/ou doutor aufeririam, além de valores maiores no pagamento por hora/aula lecionada, pontos para promoções no decorrer da carreira. Desta forma, a partir do marco em dezembro de 2015, percebe-se um corpo docente emergente de mestres e doutores conforme tabela 1.

Tabela 1. Quantidade de oficiais da PMPR por ano de concludentes de mestrado e doutorado.

	Ano de Conclusão										
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
DOUTOR	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	2
MESTRE	1	2	-	-	1	3	1	5	1	6	5

Fonte: Criado pelo autor.

Em um recorte temporal de 17 anos analisados, haviam 4 doutores e 25 mestres formados entre os 1.500 oficiais da ativa, representando 0,27% e 1,4% do total, respectivamente. A legislação em vigor até dezembro de 2015 não fazia distinção entre as titulações para fins de ascensão de carreira e os valores pagos por hora/aula parecem não estimular que os policiais militares realizem cursos de pós-graduação *stricto sensu* visando auferir tais vantagens. Uma vez alterada a legislação, foi possível identificar um incremento no número de oficiais que iniciaram mestrado e doutorado, aumento considerável em face do curto período de 16 meses de vigência conforme tabela 2.

Tabela 2. Quantidade de oficiais da PMPR por ano de iniciantes no mestrado e doutorado.

<b>Início de mestrado e doutorado</b>			
	2015	2016	2017
DOUTOR	1	2	4
MESTRE		4	5

Fonte: Criado pelo autor.

A nova redação da LPO apresenta indícios de fator motivacional para que o grupo de oficiais busque realizar cursos de pós graduação *stricto sensu* já que, em apenas 16 meses de vigência foram iniciados 6 doutoramentos e 9 mestrados, portanto, 120% e 33% a mais, respectivamente, do que foi observado em 17 anos. Esta perspectiva indica um possível fortalecimento na procura dos títulos, na medida que, os pós-graduados, inculcando o novo discurso retórico, com o passar do tempo, tendo o agente possuidor de uma “capacidade de construir a realidade social...investindo na prática de princípios de organizadores socialmente construídos e adquiridos no curso de uma experiência social situada e datada” (BOURDIEU, 2001, p. 167) transformem o campo a que estão inseridos. E não só isso, como também passará a estar em jogo a luta pelo monopólio da distinção entre os futuros mestres e doutores, da imposição legítima daquele que detiver o último título, da universidade mais pretisgiada, com o maior currículo de produção acadêmica e assim por diante (BOURDIEU, 2003).

Esta configuração política doméstica da PMPR incrementada pela nova redação da LPO, proporcionará uma adaptação dos agentes à aprendizagem que, com o passar do tempo, os realocará nas disposições sociais adquiridas de acordo com os capitais e *habitus* necessários (BOURDIEU, 2001). Serão os títulos a representação simbólica autêntica que darão o direito legítimo da inculcação tanto no microcosmo acadêmico da PMPR como no próprio campo policial militar (BOURDIEU, 2004) conferindo aos agentes detentores dos títulos acadêmicos o monopólio da violência simbólica legítima, pois ainda que o sistema de ensino da PMPR seja próprio, frente ao mundo social que o engloba, os títulos acadêmicos conferem posições de distinção e estando todos os oficiais da polícia militar formados e em formação (mestres e doutores) inseridos no discurso acadêmico da valorização do conhecimento pelo estudo, neste caso específico pela pesquisa e



titulação acadêmica, trarão para o seio da Instituição uma retórica similar as propriedades do campo policial e do seu microcosmo acadêmico.

De acordo com MASSI (2000), a esse processo pelo qual passaram os alunos chamasse aculturação, que significa dizer reformular as idéias com o objetivo de moldá-lo para que faça aquilo que o grupo emergente de mestres e doutores trará como novo discurso, titular para crescer. Este processo é natural do amadurecimento social, novos arranjos se dão a partir da inserção de capitais e agentes, mudança de *habitus*.

No princípio este movimento emergente pode não parecer transformador, entretanto como dito por Bourdieu (2004, p. 165) “a outorga de um certificado: *expert*, doutor, jurista, etc., é alguém que recebeu um mandato para produzir um ponto de vista que é reconhecido como transcendente em relação aos pontos de vistas singulares [...] confere direitos universalmente reconhecidos ao detentor do certificado”. O discurso acadêmico se fortalecerá pelo próprio argumento objetivo entre os agentes policiais militares detentores e não detentores de títulos acadêmicos que se sobressairá ante o progresso capital cultural acumulado pelos mestres e doutores. Souza (2016), pode constatar como o capital acadêmico, aliado aos capitais social e político, alavancou e elevou o então reitor da Universidade Federal do Paraná ao Cargo de Ministro da da Educação, Flávio Suplicy, na metade do século XX. O capital acadêmico auferido por ele permitiu que construísse uma rede de relacionamentos e o elevasse a um possível agente dentro das perspectivas políticas conferindo a ele, como dito anteriormente, direitos universalmente aceitos, o de falar em nome da educação.

Analisando a trajetória descrita por Souza (2016) percebemos que “as trajetórias individuais podem ser explicadas com base no montante de capital acadêmico acumulado e nas trajetórias no interior do campo” (BURAWOY, 2013) que se desenrolaram por meio de lutas por posições na divisão do trabalho e novas posições, como é o caso da Polícia Militar. Burawoy (2013, p. 52) explora o conceito de *habitus* e o traz como “a capacidade de inovar, de jogar o jogo, de perceber o sentido desse jogo” ou seja, de perceber que uma nova regra foi trazida pela legislação e estes primeiros oficiais entenderam essa nova regra, tão logo iniciando o processo de aquisição de tais títulos para brigarem por posições no campo acadêmico e microcosmo do ensino policial militar.

É desmedido tentar estabelecer um tempo para este contágio, no entanto

grande parte dos agentes detentores de títulos e em formação encontram-se nas regiões que estão estabelecidas os centros de ensino, apesar de sua representação em termos estatísticos ainda ser pequena. Mas, como dito por Jourdain e Nauli (2017) o capital cultural se apresenta de forma institucionalizada em forma de títulos e tendo sido apresentado como nova “arma” dentro do microcosmo educacional da Polícia Militar, ao seu tempo deve se consolidar como legítima.

Pode-se esperar que lecionando e inculcando o conhecimento aos policiais militares em formação, os mestres e doutores permitirão à PMPR ter um discurso acadêmico mais consistente que, variavelmente, dependerá do *habitus* que se estabelecerá, produzindo agentes com perspectivas que irão divergir daqueles formados em anos anteriores. Jourdain e Naulin (2017, p. 107) afirmam que “A boa vontade cultural se manifesta pela deferência em relação à cultura legítima e pela vontade de se cultivar. Os pequenos-burgueses tentam imitar o estilo de vida das classes dominantes”, evidenciando que do menor (que está aprendendo e não possui capital cultural e escolar próprio do microcosmo policial militar) para o maior (os detentores do capital cultural e escolar próprio do microcosmo policial militar) existe uma tendência de cópia, conseqüentemente uma perpetuação deste comportamento e mudança do *habitus*.

O discurso dos futuros mestres e doutores, adaptado às suas experiências acadêmicas do discurso acadêmico, dentro da PMPR forçará adaptações institucionais do exercício da profissão (BOURDIEU e PASSERON, 2016), um linguajar mais técnico, questionador e racional, adaptado à estrutura social do público com reverberações dos agentes policiais militares no trato com a população no exercício da sua profissão.

Talvez um dos maiores ganhos futuros desta nova reformulação do microcosmo provocado pela legislação alterada seja a própria valorização dos títulos. Jourdain e Nauli (2017) esclarecem que, diferente dos capitais sociais e econômicos, por exemplo, o capital cultural não é passado como herança, ele é dividido em forma de conhecimento, mas o detentor levará para sempre somente com ele aquele capital, assim como Aristóteles será sempre Aristóteles e nenhum de seus possíveis pupilos terá seu conhecimento, diferente do que ocorre com um rei que passa ao seu filho o título (capital social) quando morto, ou empresário que deixa aos seus entes todas as finanças e patrimônios (capital econômico) auferidas ao longo da vida.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A hipótese inicialmente arguida se confirma na medida em que os pressupostos de Bourdieu ratificam a possibilidade de os docentes, mestres e doutores emergentes na PMPR, terem no curso do tempo vindouro maiores chances de seu discurso acadêmico ser legitimado pela detenção daqueles títulos e se fortalecer entre os docentes, como também pela inculcação da violência simbólica que estabelecerão com os discentes.

Os dados estatísticos reforçam o surgimento de um grupo de oficiais policiais militares de mestres e doutores emergentes na PMPR, que pode ter relação com a nova redação da LPO, mas podem existir outras variáveis sociais não analisadas nesta pesquisa, denotando uma limitação que pode ser explorada futuramente através de pesquisas em campo.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de século. 2003

\_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. **Coisas Ditas**. Sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus. 6ª reimpressão. 2017.

BOURDIEU; PASSERON, J. C. **A Reprodução**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2016.

BURAWOY, M. **O marxismo encontra Bourdieu**. São Paulo: UNICAMP. 2013.

CANCELLA, A. S. *et al.* **Ciência em desenvolvimento**: diplomar, titular e descobrir. Alesde, v. 5, n. 1. 2015.

IMBÉRNON, F. **Formação continuada de professores**. São Paulo: Artmed, 2010.

JOURDAIN, A., NAULIN, S. **A teoria de Pierre Bourdieu e seus usos sociológicos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

MACHADO, J. C., VASCONCELOS, M. C. C., OLIVEIRA, N. R. **Formação inicial e continuada de professores**: entre o discurso e a prática. Cad. Ed. Tec. Soc., v. 10, n. 1, p. 13-27. 2017. doi <http://dx.doi.org/10.14571/cets.v10.n1.13-27>.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MASSI, D. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante. 2000.

PARANÁ. **Lei Estadual nº 1.943 – 23 de junho de 1954**. Paraná, 1954. Disponível em: <  
<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=14555>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR 2012 – 2016. 2011. Disponível em: <  
[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwjEtuyDIJTUAhXMgpAKHZrfC9EQFggpMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.unespar.edu.br%2Fa\\_unespar%2Finstitucao%2Fdocumentos\\_institucionais%2FFPDI\\_Unespar\\_final.pdf&usq=AFQjCNEIxd6YLm5U7tvYLMt9E5jpLiztqQ&sig2=Y-uNsiHH9mhtSHgJ1ytJEw](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwjEtuyDIJTUAhXMgpAKHZrfC9EQFggpMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.unespar.edu.br%2Fa_unespar%2Finstitucao%2Fdocumentos_institucionais%2FFPDI_Unespar_final.pdf&usq=AFQjCNEIxd6YLm5U7tvYLMt9E5jpLiztqQ&sig2=Y-uNsiHH9mhtSHgJ1ytJEw)>. Acesso em 15 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.544, de 22 de novembro de 2012**. Regulamenta a parcela transitória pelo exercício de ensino nas escolas da polícia. 2012. Disponível em: <

<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=82096&indice=1&totalRegistros=30>>. Acesso em 29 mar. 2017.

PMPR. **Portaria do Comando-Geral nº 330, de 14 de março de 2014.** Portaria de Ensino da PMPR. 2014. Disponível em: <<http://www.pmpr.pr.gov.br/arquivos/File/pm1/Normas%20Administrativas/Portarias/EnsinoPMPR.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

SOUZA, N. **Flávio Suplicy de Lacerda: relações de poder no campo acadêmico/político paranaense e o processo de federalização e modernização da Universidade Federal do Paraná (1930-1971).** Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2016.